



ISCEE
Instituto Superior
de Ciências Económicas
e Empresariais

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
EMPRESARIAIS - ISCEE**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: AUDITORIA

**O IMPACTO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA NA CREDIBILIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO FINANCEIRA E NA TOMADA DE DESISÕES PELOS
UTENTES DESTA INFORMAÇÃO**

Nome do autor

Ziltonriana Silva Soares

Praia, Maio de 2014

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS -
ISCEE**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: AUDITORIA

**O IMPACTO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA NA CREDIBILIZAÇÃO DA
INFORMAÇÃO FINANCEIRA E NA TOMADA DE DESISÕES PELOS
UTENTES DESTA INFORMACÃO**

Nome do autor

Ziltonriana Silva Soares

Orientador: Amílcar Melo

Praia, Maio de 2014

Dedicatória

A palavra do homem sábio nos forçam a tomar uma atitude. Elas explicam claramente verdades muito importantes. A colecção dos seus ditos é como pregos bem fixados, vindo do único Pastor.”

Eclesiastes 12:11

Agradecimento

Em primeiro lugar agradeço a Deus por tudo o que tem feito na minha vida, pela força coragem que me deu durante a execução do trabalho.

A minha família pelo esforço e incentivo dado.

Ao meu orientador Amílcar Melo pelo contributo que me tem dado não só na monografia mas também por me ter concedido estágio na sua empresa, e também a todos os professores e todas o pessoal da instituição.

Agradeço aos meus colegas de curso principalmente Jaílson, Flávia, Vanusa, e Cláudia pelos momentos de muito esforço e vitórias juntas e a minha irmã Jacira, pela paciência.

E também a todos colegas de trabalho pelo incentivo dado durante a execução do trabalho.

Resumo

Com a evolução e a competitividade do mercado, cada vez mais as empresas têm necessidades atempadas e úteis que permitem a gestão atingir os seus objectivos futuros.

Neste contexto, a figura do auditor tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante no seio das empresas. Para dar resposta a tais necessidades surge o auditor como forma de dar credibilidade às informações financeiras através da análise das demonstrações financeiras, que após essa análise é emitido um documento escrito chamado relatório de auditoria, que é um documento que em poucos parágrafos traduz a imagem fiel e verdadeira da empresa auditada que permite os utentes da informação financeira tomarem decisões adequadas.

Procura – se, no presente trabalho, proporcionar uma reflexão sobre o impacto do relatório de auditoria na credibilização da informação financeira e na tomada de decisão pelos utentes da informação.

Para tal realizaram-se pesquisas bibliográficas sobre os principais conceitos relacionados com o tema em questão. Foram também realizados um questionário para empresas de auditoria com o objectivo de dar resposta a pergunta de partida, que é o impacto de relatório de auditoria na credibilização da informação financeira e na tomada de decisão adequada, através da análise e interpretação dos resultados, e assim concluir o objectivo pretendido.

Palavras-chave: Auditoria financeira, Informações financeiras e relatório de Auditoria

Abstract

According to the constant evolution and competitiveness in the market, an increasing number of companies that have a useful necessity to allow the management to achieve their future goals.

In this contest, the auditor presence is assuming an important role in all companies.

The auditor is concentrating in the answers for such needs, this is one of many strategies use by the auditor, in order to give credibility to the financial information by using analysis of financial demonstration, after this analysis is emitted a written document called audit report, which is a document that in a few paragraphs reflects the true image and the audited company that allow users of financial information to have an appropriate decisions.

This work wants to provide a reflection on the impact of the audit report on the credibility of financial reporting and decision by users that control the information.

Researchers are based on the biographies about main concepts related to this topic.

Also were made questionnaire for audit firms in order that to answer the initial question, that is 'the impact of the audit report on the credibility of financial information and make the best decision through the analysis and interpretation of results, finally achieve the goals.

Keywords: Financial Audit, financial information and Audit Report.

Lista das siglas

CLC- Certificação Legal Das Contas

DF- Demonstrações Financeiras

DRA – Directriz de Revisão \ Auditoria (da OROC)

IAASB- International Auditing and Assurance Standards Board

IASB- International Accounting Standards Board

IASC- International Accounting Standards Committee

IFAC- International Federation of Accountants

ISA- International Standards on Auditing (do IAASB\IFAC)

ROC- Revisor Oficial de Contas

S.A- Sociedade Anónima

SROC- Sociedade de Revisores Oficial de Contas

ÍNDICE

Dedicatória.....	III
Agradecimento.....	IV
Resumo	V
Abstract.....	VI
Lista das siglas	VII
I.Introdução.....	1
I.1 Apresentação e justificação do tema.....	1
I.2 Pergunta de partida	2
I.3 Hipóteses.....	2
II.Objectivos e objectos de estudos.....	2
II.1 Objectivo geral	2
II.2 Objectivos específicos	2
III.Metodologia de trabalho	3
IV.Estrutura do trabalho	3
Capítulo I- Breve consideração sobre auditoria financeira.....	4
1.1 Auditoria financeira	4
1.2 Evolução histórica de auditoria	5
1.3 Objecto e objectivo de auditoria	6
1.4 Utentes da demonstração financeira.....	7
1.5 Característica qualitativa da informação financeira	10
Capitulo II- Definição e caracterização do relatório de Auditoria.....	12
2.1 Definição de relatório.....	12
2.2 Requisito básico de um relatório de auditoria	13
2.3 Estrutura de um relatório.....	16
2.4 Os vários tipos de opinião	22
2.4.1 Certificado legal de contas não modificada:	22
2.4.2 Certificação legal das contas modificadas.....	24
2.4.3 Declaração de impossibilidade de certificação legal das contas	32
Capitulo III- Metodologia.....	34
3.1 Procedimento adoptado.....	34
3.2 População e amostra.....	34

Capítulo IV- Apresentação e interpretação dos resultados	36
4.1 Dados da empresa ou do auditor	36
4.1.1 Forma de exercer a profissão.....	36
4.1.2 Numero de pessoas que fazem parte no processo de auditoria	37
4.1.3 Tipo de empresa que prestam os seus serviços de auditoria	38
4.1.4 Tempo médio para conclusão de um processo de auditoria	39
4.1.5 Frequência de rotação das equipas por clientes.....	39
4.1.6- A empresa possui um organograma	40
4.2 -Dados relacionados com prestação de serviço.....	41
4.2.1 - A área que geralmente consome maior tempo	41
4.2.2 – Elaboração de um plano de auditoria	42
4.2.3 - Qual é a necessidade de um empresa contratar serviço de auditoria	42
4.2.4 - Existência de colaboração por parte do concelho de administração	43
4.3. Dados relacionados com relatório de auditoria.....	44
4.3.1-As informações constantes no processo de auditoria são divulgadas no relatório.	44
4.3.2 A existência e observância dum sistema de controlo interno ajudam na credibilização do relatório	45
4.3.3 O relatório relata sobre a real situação económica e financeira da empresa	45
4.3.4 O que pode contribuir para que o auditor emite uma opinião que não corresponde a real situação económica e financeira da empresa auditada.	46
4.4Credibilização de informação e tomada de decisão	47
4.4.1 O relatório da uma certa credibilidade a informação financeira	47
4.4.2 Qual é o impacto dum relatório mal elaborado	47
4.4.3 Em que medida os auditores podem contribuir para o aumento da fiabilidade e credibilidade do relatório de auditoria.....	48
Capítulo V- Conclusão e considerações finais	49
Conclusão.....	49
Bibliografia	51
Apêndice	52
ANEXO	58

Índice de tabela

Tabela 1- Introdução	16
Tabela 2- Responsabilidade	18
Tabela 3- Âmbito	20
Tabela 4- Opinião	21
Tabela 5- Opinião sem reserva nem ênfase	23
Tabela 6- Opinião sem reserva mas com ênfase	26
Tabela 7- Opinião sem reserva mas com ênfase	26
Tabela 8- Opinião com reserva	28
Tabela 9- Opinião com reserva por limitação de âmbito	28
Tabela 10- Opinião com reserva por desacordo	29
Tabela 11- Escusa de opinião	30
Tabela 12- Escusa de opinião	31
Tabela 13- Opinião adversa	32
Tabela 14- Declaração de impossibilidade de certificado legal de conta	33
Tabela 15- Tempo médio para conclusão de um processo de auditoria	39
Tabela 16- Frequência da rotação das equipas por cliente	39
Tabela 17- Existência de organograma na empresa.....	40
Tabela 18- Existência de plano de auditoria	42
Tabela 19- Necessidade de uma empresa contratar serviço de auditoria.....	42
Tabela 20- Existência de colaboração do conselho de administração em fornecer informação	43
Tabela 21- Existência e observância de controlo interno ajuda na credibilização do relatório.....	45
Tabela 22- Relatório como forma de credibilizar a informação financeira	47
Tabela 23- Impacto de um relatório mal elaborado	47
Tabela 24- O contributo do auditor na fiabilidade e credibilidade do relatório financeiro	48

Índice de Gráfico

Gráfico 1- Forma de exercer a profissão	36
Gráfico 2- Numero de pessoas que fazem parte no processo de auditoria	37
Gráfico 3- Tipo de empresa que prestam seus serviços.....	38
Gráfico 4- Área que consome maior recurso	41
Gráfico 5- Informação constante no processo de auditoria	44
Gráfico 6- Relatório de auditoria como forma de relatar a situação económica e financeira da empresa	45
Gráfico 7- O que pode contribuir para que o auditor emite uma opinião que não corresponde a real situação económica financeira da empresa.....	46

I.Introdução

Actualmente é dado assentes que existem diversas entidades interessadas nas informações financeiras, aos chamados utentes das demonstrações financeiras. Entre elas, distingue-se os que a preparam, os que a auditam, os que a analisem e os que a utilizam ou seja os utentes.

Entre os interessados na informação financeira são sem dúvidas os utentes os que devem ser privilegiados, uma vez que esperam que as demonstrações financeiras sejam úteis nas decisões económicas que possam tomar com base nesta informação.

É através do relatório de auditoria que os auditores expressam a sua opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas e por este meio conferem confiança/credibilidade sobre a informação financeira.

I.1 Apresentação e justificação do tema

O tema que pretendemos desenvolver «**O impacto do relatório de auditoria na credibilização da informação financeira e na tomada de decisões pelos utentes desta informação**» enquadra-se no cumprimento dos requisitos exigidos pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais para a obtenção do grau de licenciatura em Contabilidade e Administração – ramo Auditoria, cuja pretensão é analisar o impacto do relatório de auditoria na tomada de decisão e o seu contributo a nível académico e profissional.

Pretendemos com a escolha do tema demonstrar que toda e qualquer informação analisada pelo auditor, após a emissão do relatório devem ser credíveis de modo que os utentes da mesma possam tomar decisões económicas racionais. Por outro lado, pretendemos alargar os nossos conhecimentos, sobre esta importante ferramenta de trabalho que é a auditoria financeira.

I.2 Pergunta de partida

Pretende-se por meio deste estudo, responder a seguinte pergunta:

Qual é o impacto do relatório de auditoria na credibilização das informações financeiras para que os utentes destas possam tirar conclusões adequadas?

I.3 Hipóteses

- O relatório de auditoria como forma de credibilizar as informações financeiras;
- O contributo de relatório de auditoria na tomada de decisão pelos utentes das Informações financeiras.

II.Objectivos e objectos de estudos

O objectivo de estudo é o que pretendemos alcançar ao longo da pesquisa

II.1 Objectivo geral

Demonstrar a importância de um relatório de auditoria na credibilização das informações financeiras e na tomada de decisão.

II.2 Objectivos específicos

- ❖ Apresentar os conceitos relacionados com o tema em estudo;
- ❖ Analisar a ISA relacionada com relatório de auditoria;
- ❖ Demonstrar o contributo do relatório de auditoria na tomada de decisões económicas racionais;
- ❖ Desenvolver e aprofundar os conhecimentos adquiridos nesta área, ao longo da formação.

III. Metodologia de trabalho

Como metodologia para a realização deste trabalho propomos o seguinte:

Numa primeira fase: Realização das pesquisas bibliográficas e na internet de obra assuntos relacionados com o tema escolhido;

Pesquisas na internet.

E na segunda fase: Para conclusão desse trabalho realização de trabalho prático junto das empresas de auditoria, para fazer levantamento de informações no sentido de demonstrar o impacto do relatório de auditoria na credibilização das informações financeiras e na tomada de decisões adequadas pelos utentes.

IV. Estrutura do trabalho

O trabalho será estruturado em 6 capítulos com o seguinte conteúdo:

- I. Capítulo: Breve consideração sobre auditoria;
- II. Capítulo: Definição e caracterização do Relatório de Auditoria;
- III. Capítulo: Metodologia;
- IV. Apresentação e interpretação dos resultados;
- V. Conclusão;
- VI. Referência bibliográfica

Capítulo I- Breve consideração sobre auditoria financeira

O objectivo desse capítulo é efectuar a revisão bibliográfica e abordar os principais aspectos relacionados com o tema em questão.

1.1 Auditoria financeira

O conceito de auditoria não tem sido uno nem estático, embora algumas das definições conhecidas tenham aceitação mais ou menos universal.

Segundo o IFAC (2010,) a auditoria é uma verificação ou exame feita por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objectivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar os mesmos a maior credibilidade.

Segundo Costa (2010,50-51), a auditoria financeira é:

«É um exame independente, objectiva e competente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, juntamente com toda a prova de suporte necessário, sendo conduzida com a intenção de expressar uma opinião informada e fidedigna, através de um relatório escrito, sobre se as demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira e o progresso da entidade, de acordo com normas de contabilidade geralmente aceites.»

Segundo Sá (1998), o termo auditoria tem o termo latino de audire, o ouvinte, aquele que ouve, e foi rotulada pelos ingleses por auditing, no sentido de revisão.

Se inicialmente, a palavra visava a descoberta de erros e fraudes, passou depois a alargar – se a outros domínios e a assumir formas específicas. Dai que, a evolução histórica dos conceitos permite-nos verificar a forma como auditoria foi reflexos das mudanças económicas e sociais que se foram operando desde que se institucionalizou como ramo de saber até a actualidade, passando não só a evidenciar a natureza dos

factos já passados e consequentemente histórico mas também a desempenhar uma função preventiva e orientadora.

1.2 Evolução histórica de auditoria

Embora se possa falar da existência de actividade com algumas semelhanças a da auditoria desde há muitos séculos, a auditoria, porém, só surgiu na segunda metade do século XIX e na Grã-Bretanha, como resposta a novas necessidades decorrentes do desenvolvimento resultante da revolução industrial.

Como consequência das transformações tecnológicas que vinham ocorrendo, a indústria Britânica expandia-se e exigia maiores investimentos. As empresas ganhavam maior dimensão e, com a criação das sociedades anónimas, a posse do capital passou para o maior número de proprietário, a quem os gestores periodicamente prestavam contas.

E dada a impossibilidade de cada um dos proprietários e accionista analisar objectivamente os livros, os registos e as contas das empresas, a sua situação financeira, os lucros ou os prejuízos contabilizados, designaram auditores para efectuarem essa análise em sua representação, com objectivo de se certificarem da inexistência de erros ou fraudes que prejudicassem os seus interesses.

Este tipo de auditoria veio depois a desenvolver-se e aperfeiçoar-se noutros países e em particular nos Estados Unidos da América do Norte e no Canada, em consequência pela colonização pelos Ingleses e de necessidade decorrente do seu desenvolvimento Industrial, e a ser elevados posteriormente para países da América Latinas por empresas multinacionais Norte-Americanas.

Na Europa, contudo, e com excepção da Grã-Bretanha, Noruega e França o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento têm sido inferior ao verificado na América do Norte, e a sua implantação ainda hoje é muito reduzida nos países Latinos.

Desta forma, a auditoria feita inicialmente por um perito externo e independente evoluiu-se ate á criação de grandes firmas de auditoria Americanas e Inglesas, que foram abrindo

escritório em diferentes países e alargando o âmbito das suas actividades, que hoje vão muito para além da verificação e apreciação da exactidão dos dados contabilísticos.

1.3 Objecto e objectivo de auditoria

Segundo Costa (2010,49), “o objecto é matéria, assunto sobre o qual recai a atenção ou que é alvo de investigação, assunto sobre o qual versa uma pesquisa ou ciência”.

“O objecto é resultado que se pretende alcançar”, aquilo que se pretende alcançar quando se realiza uma acção. (Costa, 2010,49).

Segundo Costa (2010,49), o objecto da auditoria financeira, estão relacionadas as afirmações subjacentes as demonstrações financeiras e tem como objectivo, obter uma opinião expressa por um auditor competente e independente sobre aquelas demonstrações financeiras auditadas.

Em 2010, a IFAC, através da ISA200, nos demonstra que, “o objectivo de uma auditoria é obter garantia de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, habilitando assim o auditor a expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com referencial de relato financeiro aplicável; e relatar sobre as demonstrações financeiras, e comunicar conforme exigido pela ISA, de acordo com as conclusões a que chegar. Em resumo podemos afirmar que, o objecto de uma auditoria financeira, são as demonstrações financeiras, os relatórios e contas que retratam a posição financeira da empresa, bem como as demais informações que se pode precisar numa auditoria. Por seu turno, o objectivo da auditoria financeira, consiste em o auditor independente, expressar uma opinião, sobre a razoabilidade das demonstrações financeiras auditadas, após o seu exame de auditoria, ou seja depois de conferir as condições com que as demonstrações financeiras foram apresentadas e divulgadas, opinar, se os mesmos foram preparados ou não respeitando os princípios geralmente aceites aplicáveis.

A opinião do auditor confere a credibilidade as demonstrações financeiras. Contudo, o utente não deve assumir que a opinião do auditor é uma garantia quando a viabilidade futura da entidade nem uma opinião quando á eficiência ou eficácia com que a administração conduz o negócios da entidade.” (COSTA, 2010, 26)

1.4 Utentes da demonstração financeira

Hoje em dia considera-se que existem diversas entidades interessadas nas demonstrações financeiras, como sejam: as que a preparam, as que auditam, as que a analisam e as que utilizam, de todos estas entidades, são sem dúvida estas últimas, ou seja, os utilizadores, as que devem ser privilegiadas uma vez que esperam que as demonstrações financeiras como parte que são da informação financeira em termos gerais, sejam preparadas com o fim de proporcionar informação que sejam úteis na tomada de decisão económica, como por exemplo:¹

- a) Decidir quando comprar, deter ou vender um investimento financeiro (em acções quotas, obrigações ou titulo de participação);
- b) Avaliar a curadoria (stewardship) ou responsabilidade (accountability) da gestão;
- c) Avaliar a capacidade da empresa em pagar remuneração e proporcionar outros benefícios aos seus empregados;
- d) Avaliar a segurança das quantias empregadas a empresa;
- e) Determinar as políticas de imposto;
- f) Determinar os lucros e os dividendos distribuídos;
- g) Preparar e utilizar as estatísticas do rendimento nacional; ou
- h) Regular o sector de actividade em que a empresa se insere.

Os referidos utilizadores incluem investidores (actuais e potenciais), clientes, governos, e seus departamentos e o público. Todos eles utilizam as demonstrações financeiras a

(¹) Framework for the Preparation and Presentation of financial statements (Estrutura Conceptual para a preparação e Apresentação de Demonstrações Financeira), IASC, Londres, 1989.

fim de satisfazerem algumas das diferentes necessidades de informação, de que se destacam:

A. Investidores

Os fornecedores de capitais de risco e os seus assessores preocupam-se com os riscos inerentes aos seus investimentos e com a taxa de rendimento que os mesmos proporcionam. Assim sendo, necessitam de informação que os ajudam a determinar se devem comprar, deter ou vender tais investimentos. Os accionistas estão por seu lado interessados em informação que lhes possibilitam determinar a capacidade de a empresa pagar os seus dividendos.

B. Trabalhadores

Os trabalhadores e os seus grupos representativos (Sindicatos, associação profissionais, comissão de trabalhadores, etc.) estão interessados não só na informação acerca da estabilidade e rendibilidade das entidades patronais, como também na informação que lhes permitam avaliar a capacidade da empresa em proporcionar remuneração, pensões de reforma e oportunidades de emprego.

C. Financiadores

Os financiadores estão interessados em informação que lhes possibilitam determinar se os empréstimos e correspondentes juros serão pagos nas respectivas datas de vencimentos.

D. Fornecedores e outros credores comerciais

Os fornecedores e outros credores comerciais estão interessados em informação que lhes permitam determinar se as quantias que lhe são devidas serão pagas nas respectivas datas de vencimentos. Estes utilizadores estão provavelmente interessados numa empresa durante um período mais curto do que os financiadores, a não ser que estejam dependentes da continuidade da empresa como um cliente importante.

E. Cliente

Os clientes têm interesse na informação acerca da continuidade da empresa, especialmente quando tem com a mesma, envolvimento a longo prazo, quando estão dependentes dela ou quando lhes fizeram adiantamentos significativos.

F. Governos e os seus departamentos

Os governos e os seus departamentos estão interessados na distribuição dos recursos e, portanto, nas actividades das empresas. Também exigem informação a fim de regularem o sector de actividade em que as empresas se inserem, determinem políticas de tributação como base para o cálculo do rendimento nacional e para fins estatísticos.

G. Público

As empresas afectam o público de várias formas. Assim, por exemplo, as empresas podem dar contribuições significativas as economias locais de muitas formas incluindo o número de pessoas que empregam e a sua confiança nos fornecedores locais. As demonstrações financeiras podem ajudar o público proporcionar informação acerca das tendências e dos desenvolvimentos recente na prosperidade das empresas e na extensão das actividades. Isto para além dos importantes aspectos relacionados com a responsabilidade social das empresas.

1.5 Característica qualitativa da informação financeira

De acordo com o Framework do IASB toda a informação financeira deve possuir determinadas características qualitativas as quais mais não são do que os atributos que a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras útil aos seus utilizadores.

A aplicação das características qualitativas e de normas contabilísticas apropriadas resulta, normalmente, em demonstrações financeiras que apresentam uma imagem verdadeira e apropriada (true and fair view) da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa de uma empresa.

O referido Framework considera a existência de quatro características qualitativas da informação financeira

- **Compreensibilidade (understandability)**

A informação financeira proporcionada pelas demonstrações financeiras deve ser rapidamente compreensível pelos utilizadores, o que pressupõe que estes tenham não só um conhecimento razoável dos aspectos empresariais, económico e contabilístico como também vontade de estudar a referida informação com necessária diligência.

- **Relevância**

A informação é relevante quando influencia as decisões económicas dos utilizadores ao ajuda-los a validar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações passadas.

A relevância da informação é afectada pela sua natureza em materialidade, sendo nalguns casos a natureza da informação, por si só, suficiente para determinar a sua relevância.

Considerasse que a informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas dos utilizadores tomadas na base das demonstrações financeiras.

- **Fiabilidade**

Para ser digno de confiança a informação deve representar, fidedignamente, as operações e outros acontecimentos que ela pretende representar ou possa razoavelmente esperar – se que represente.

Para que seja fiável a informação contida nas demonstrações financeiras devem ser neutras (livre de preconceitos), ou seja, não devem influenciar a tomada de decisão ou de um juízo a fim de atingir um resultado ou efeito predeterminado.

Por último, para que seja fiável, a informação contida nas demonstrações financeiras deve ser completa tendo em conta as fronteiras da materialidade e do custo da sua preparação e divulgação.

- **Comparabilidade (comparability)**

Os utentes devem ser capazes de comparar:

- a) As demonstrações financeiras de uma empresa através do tempo, a fim de nelas identificarem tendências na posição financeira e no desempenho;
- b) As demonstrações de diferentes empresas, a fim de avaliarem de forma relativa a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira.

Impõe-se, pois, que os utilizadores sejam informados das políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, de quaisquer alterações nessas políticas (e das respectivas razões) e dos efeitos de tais alterações.

Podemos concluir que o trabalho do auditor da uma certa credibilidade nas informações financeiras através da análise das demonstrações financeiras.

E esse trabalho é executado por um profissional qualificado e independente que permite expressar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras da empresa auditada, e essas informações devem conter determinadas características qualitativas para os utilizadores.

Capítulo II- Definição e caracterização do relatório de Auditoria

2.1 Definição de relatório

Relatório de auditoria é um documento tipificado mediante o qual o auditor expressa a sua opinião de forma clara e objectiva, sobre as demonstrações financeiras.

O lado visível da actividade do auditor é o relatório. É o resultado das investigações, estudo e análise efectuados durante o trabalho de campo e conclui expressando por escrito a opinião sobre a área auditada e as recomendações.

A principal função que cabe a um auditor é a de, após ter efectuado o exame das contas de uma empresa ou entidade, emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras em que aquelas se reflectem. O relatório consiste, então, no meio através do qual expressa tal opinião.

Segundo IFAC (2010,727) através da ISA700 os objectivos do auditor são:

- Formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras baseada numa avaliação das conclusões extraídas da prova de auditoria obtidas; e
- Expressar claramente essa opinião através de um relatório escrito que descreve também a base para essa opinião.

Sendo a elaboração das demonstrações financeiras da única e exclusiva responsabilidade dos órgãos de gestão das empresas, fácil se torna concluir da extrema importância que tem para terceiros o documento elaborado pelo revisor \ auditor no qual ele exprime a sua opinião de forma profissional e independente sobre tais demonstrações financeiras.

Conforme já foi referido no início, pode – se afirmar que tal documento elaborado pelo auditor é importante para a generalidade dos utentes das demonstrações financeiras de

qualquer empresa, sejam eles os accionistas, gestores ou trabalhadores, credores, financiadores ou organismos financeiros, etc.

2.2 Requisito básico de um relatório de auditoria

Segundo Sá Lopes, (2002, 186), “o relatório deve ser um elemento de ligação entre o auditor, o cliente e os auxiliares.”

É um instrumento de grande valor e representa, na maior parte das vezes, uma soma de esforços (geralmente é a ultima etapa de uma serie de tarefas).

A responsabilidade do auditor em seus relatórios aumenta de acordo com o objecto e a amplitude que estes abrangerem.

O relatório deve ter como requisitos essenciais:

1.Clareza

Ser escrito de forma a ser entendido por quem deve examiná-lo. Quando se destina á administração, deve tornar-se acessível, não abusando de terminologia técnica nem de expressão que possam suscitar dúvidas.

2.Objectividade

Evitar o excesso de literatura, frases inúteis, informação que não tenha validade. Abordar directamente o assunto; evitar o inútil é uma forma de objectividade.

3.Método

Apresentação metódica de forma a conduzir as conclusões com facilidade, dentro de um encaminhamento normal.

A melhor forma de aprendizagem do assunto é ordená-lo por importância da matéria a ser relatada, seguido da ordem do planeamento ou programa de auditoria.

4.Habilidade

Uso adequado das palavras de modo a evitar atritos. Expressões duras, críticas pesadas, comentários depreciativos, enfoques pessoais, hipóteses que posam lançar dúvida devem ser evitados a todo o custo.

A habilidade de expressão é uma virtude obrigatória nos relatórios de auditoria.

5.Imparcialidade

Evitar justificar o erro do cliente como também o acerto é uma forma necessária de imparcialidade.

O auditor não deve fazer de seu relatório uma tese, mas, exclusivamente, uma imparcial informação daquilo que constatou.

Motivos pessoais não devem, de forma alguma, influir na apresentação de quaisquer fatos.

6.Precisão

Frases indefinidas, hipóteses, referência genéricas, sem substancia, não devem dizer, por exemplo, que «constatamos algumas irregularidades nos recebimentos de duplicatas». Sem indicar quais, é um gravíssimo erro que não pode ser cometido em um relatório.

Ao indicar factos, deve o profissional ser preciso. Apresentando nomes, valores, numero, local, documento etc.

Dizer que «Acreditamos que o movimento bancário não se acha exacto», sem que se indique qual o erro ou o que o torna inexacto é uma grave falha técnica ao relatar.

7. Facilidade de literatura

O relatório deve ser redigido em frases curtas e bem formadas. A estrutura literária ajuda a clareza e facilidade a leitura.

Palavras usuais (evitando-se as rebuscadas), gramáticas corretas, estilo comum, formam todo um conjunto de práticas úteis. Deve-se elaborar uma peça para ser lida no menor tempo possível.

8. Estilo

Um relatório deve ser, basicamente, uma informação e por isso o estilo deve adaptar-se a tal evento.

Pode um relatório conter, ainda, afirmativas, esclarecimento, orientações, advertências e interpretações: para cada finalidade a cumprir deve-se adoptar o estilo conveniente.

A honestidade no informar, a dignidade em advertir, a serenidade em orientar, a argumentação no interpretar, é condições básicas a serem seguidas.

9. Cautela

Acusações, críticas, denúncias de fraude só devem ser feitas depois de esgotadas todas as formas de comprovação.

Mesmo acusando, o auditor deve resguardar-se sobre as mínimas dúvidas, preferindo, também, sempre deixar claro que se baseou em tais elementos. A cautela no afirmar é uma essencial virtude ética que deve ser empregada adequadamente nos relatórios.

10. Técnica

Além de todos os requisitos enunciado, um relatório de auditoria não se confunde com uma peça de literária. Deve ter todos os atributos indicados mas, preservar o aspecto técnico, a natureza do trabalho, a dignidade profissional.

11. Finalidade

O relatório deve adaptar-se a cada finalidade. Se o relatório é para fins creditícios, por exemplo, deve ter sua forma, redacção e apresentação envolvidas para o que interessa. Se é para aprovação de contas, deve salientar os pontos relevantes de apreciação. Se visa

apresentação o resultado de exames em situações fraudulentas terá, naturalmente, estrutura técnica adequada.

2.3 Estrutura de um relatório

Segundo Costa (2010,pag:670) um relatório de auditoria é composto por quatro partes:

Introdução, Responsabilidade, Âmbito e Opinião.

- **Introdução**

A parte relativa á INTRODUÇÃO inclui apenas um parágrafo, no qual o ROC deve:

- a) Identificar a empresa cujas DF foram sujeitas a exame;
- b) Identificar as DF sujeito a exame;
- c) Identificar a data e o período a que reflectem as DF;
- d) Evidenciar os números mais significativos que constam das DF, como sejam o total do balanço, o total do capital próprio e o resultado líquido.

Tabela 1- Introdução

INTRODUÇÃO

4. Examinamos as demonstrações financeiras da empresa ABC, SA as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 20X0 (que evidencia um total de ... escudos e um total de capital próprio de ... escudos, incluindo um resultado liquido de ... escudos), as demonstrações dos resultados por natureza e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Fonte: Costa, Baptista (2010)

- **Responsabilidades**

A parte relativa a RESPONSABILIDADE inclui dois parágrafos.

O primeiro parágrafo faz referência a responsabilidade do órgão de gestão da empresa pela:

- a) Preparação de DF que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações;
- b) Adopção de políticas e critério contabilístico adequados;
- c) Manutenção de um sistema de controlo interno adequado.

O relatório do auditor deve descrever a responsabilidade da gerência pela preparação das demonstrações financeiras. A descrição deve incluir uma explicação no sentido de que a gerência é responsável pela preparação das demonstrações financeiras de acordo com o referencial de relato financeiro aplicável e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraudes ou erros.

No segundo parágrafo refere que a responsabilidade do ROC consiste em expressar uma opinião profissional e independente baseado no exame que ele efectuou as DF.

O relatório do auditor deve declarar que a auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. O relatório do auditor deve também explicar que essas normas exigem que o auditor cumpra requisitos éticos e que planeie e execute a auditoria para obter garantia razoável de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Os dois parágrafos que compõem a parte das RESPONSABILIDADES têm a redacção seguinte:

Tabela 2- Responsabilidade

RESPONSABILIDADE

2. É da responsabilidade do conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Fonte: Costa, Baptista (2010)

- **Âmbito**

A parte relacionada ao ÂMBITO inclui três parágrafos.

No primeiro paragrafo o ROC começa por referir que o exame a que procedeu foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as Directrizes de revisão \ Auditoria (DRA) da OROC, a quais exigem que o referido exame seja planejada e executado com o objectivo de se obter um grau de segurança aceitável sobre se as DF estão isentas de distorções materialmente relevantes.

De seguida, e ainda dentro do mesmo paragrafo, o ROC deve descrever sucintamente o exame que realizou referindo, designadamente, que:

- a) A verificação do suporte das quais e divulgações constante das DF foi efectuada numa base de amostragem;
- b) As estimativas utilizadas na preparação das DF foram baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão da empresa;
- c) Foi apreciada a avaliação das referidas estimativas;
- d) Foi apreciada a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- e) Foi verificada a aplicabilidade do princípio de continuidade;
- f) Foi apreciada a adequação, em termos gerais, da apresentação das DF.

No segundo parágrafo, o ROC refere que o seu exame também abrangeu, embora participantes, o relatório de gestão.

No terceiro parágrafo, o ROC declara que o exame que efectuou proporciona uma base aceitável para expressar a sua opinião.

Os três parágrafos que compõem a parte do ÂMBITO têm a redacção a seguir apresentada:

Tabela 3- Âmbito

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão \ Auditor da ordem dos Revisores Oficiais de contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstancia;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Fonte: Costa, Baptista (2010)

- **Opinião**

A parte relativa a OPINIÃO é, obviamente, a mais importante da CLC.

É a parte onde o auditor expressa a sua opinião sobre as conclusões extraídas da prova e revisão \ auditoria obtida, dependendo da forma de tal opinião do âmbito do trabalho efectuado e do nível de segurança que esse trabalho proporciona.

A opinião é expressa de uma forma de segurança positiva quando o revisor \ auditor declara que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada... ou quando usa expressão equivalente.

E a opinião é expressa de forma de segurança negativa quando o revisor \ auditor declara que nada chegou ao seu conhecimento que leva a concluir que as demonstrações financeira não apresentam... ou quando usa expressão equivalente.

O parágrafo da opinião tem a seguinte redacção:

Tabela 4- Opinião

OPINIÃO
<p>7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeira apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevante a posição financeira da Empresa ABC, SA em 31 de Dezembro de 20X0, o resultado das sua operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.</p> <p>Local e data</p> <p>Assinatura</p> <p>Nome da SROC e do ROC responsável</p>

Fonte: Costa, Baptista (2010)

2.4 Os vários tipos de opinião

2.4.1 Certificado legal de contas não modificada:

a) Opinião sem reserva nem ênfase

É quando as demonstrações financeiras não merecem qualquer reparo ao revisor \ auditor, a Certificação Legal de Conta contém tão-somente a opinião de que tais demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevante, a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da entidade, com referência a uma data e período nela findo, de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro adoptado.

O texto de uma Certificação Legal de Conta não modificada, ou seja com opinião sem reserva nem ênfase (opinião limpa) é o seguinte.

Tabela 5- Opinião sem reserva nem ênfase

Certificado legal de contas	
Introdução	<p>1. Em nossa opinião as demonstrações financeiras da Empresa ABC, SA as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 20X0 (que evidencia um total de ... escudos e um total de capital próprio de ... escudos, incluindo um resultado líquido de ... escudos), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data², e os correspondente Anexos.</p>
Responsabilidade	<p>2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos e caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequado e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.</p> <p>3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.</p>
Âmbito	<p>4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão \ Auditoria da ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:</p> <ul style="list-style-type: none"> -a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constante das demonstrações financeiras e a validação das estimativas, baseada em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; -a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstancia; -a verificação da aplicabilidade do princípio da contabilidade; e -a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. <p>5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.</p> <p>6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.</p>
Opinião³	<p>7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevante, a posição financeira da Empresa ABC, SA em 31 de Dezembro de 20X0, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com a IFAC.</p> <p>Local Assinatura Nome do SROC e do ROC responsável</p>

Fonte: Costa, Baptista (2010)

² Na nossa opinião, deve-se-ia evidenciar a quantia relativa a variação de caixa e seus equivalentes (Nota do autor)

³ Na nossa opinião, o ponto 3 deveria também incluir uma conclusão relativamente ao que se refere

2.4.2 Certificação legal das contas modificadas

A Certificação legal das contas \ relatório de auditoria pode ser modificada quando existem:

-Situação que não afectam a opinião do revisor \ auditor mas que exigem ou justificam uma ou mais menções na certificação legal das contas e que dão lugar a ênfases; ou

-Situações que afectam a opinião do revisor \ auditor e que dão lugar a reservas.

As situações modificativas são as seguintes:

❖ Incertezas fundamentais

A informação veiculada através das demonstrações financeiras assenta em asserções do órgão de gestão sobre factos, alguns dos quais encerram incertezas porque o seu desfecho depende de acções ou acontecimentos futuros, fora do controlo da entidade, que podem afectar as demonstrações financeiras.

A forma como tais factos foram tratados e a subjectividade normalmente associada a algumas das posições assumidas não dispensam o revisor \ auditor de, através do seu relatório, proporcionar um grau de segurança aceitável ao destinatário da informação, apreciando para tanto o tratamento dado as questões afectadas por tais incertezas.

São consideradas fundamentais as incertezas inerentes relativas a (i) situações que ponham em causa a continuidade da entidade e (ii) outras situações cujos potenciais efeitos sobre as demonstrações financeira sejam materialmente relevante. Um exemplo comum de uma incerteza fundamental é o desfecho de um litígio importante.

❖ Limitação de âmbito

Uma limitação de âmbito pode, por vezes, ser imposta pela própria entidade, por exemplo quando os termos do compromisso impeçam o revisor \ auditor de aplicar procedimentos que ele considere indispensáveis. Quando tal limitação seja de grande significado ou extensão, o revisor \ auditor normalmente debate a situação com órgão de gestão e poderá não aceitar o trabalho, não ser que este lhe seja imposto por lei.

Uma limitação de âmbito pode também ser imposta pelas circunstâncias ou surgir quando, no entendimento do revisor \ auditor, os registos contabilísticos ou a documentação de suporte são inadequados u quando ele se vê inibido de aplicar procedimentos que considere indispensáveis e que não possam ser substituídos por procedimentos alternativos⁴.

❖ **Desacordo**

As situações de desacordo tanto podem resultar de erros ou omissões como de discordâncias com o órgão de gestão relativamente:

- á aplicação dos princípios contabilísticos adoptados como referencial;
- ás asserções em que assentam as demonstrações financeiras;
- á aceitabilidade das políticas contabilísticas adoptadas na preparação e apresentação as demonstrações financeiras, ou
- ao método de aplicação dessas políticas, incluindo a sua adequada divulgação.

Os vários tipos de certificação legal das contas modificadas

A) Opinião sem reserva mas com ênfase

As ênfases destinam – se a destacar na certificação legal de conta \ relatório de auditoria situações incluídas nas demonstrações financeiras, cujo tratamento e divulgação no Anexo merecem a concordância do revisor \ auditor e que não afectam, pois, a sua opinião.

O Revisor \ auditor emite uma certificação legal de conta \ relatório de auditoria sem reservas mas com ênfases em todas as situações de incertezas que considere fundamentais.

Por não afectarem a opinião do revisor \ auditor, as ênfases são incluídas em parágrafos após o da opinião, sendo descritas, de forma clara e concisa, caso a caso, as situações que

⁴ Um exemplo típico de uma limitação de âmbito da revisão \ auditoria é o de órgão de gestão não autorizar o revisor auditor a efectuar testes as inspecções físicas aos inventários (Nota do autor).

lhes dão origem, quantificando o seu efeito sobre as demonstrações financeiras feita remissão para as notas pertinentes do Anexo. Tal descrição deve permitir ao utilizador apreciar os principais aspectos e as suas implicações, não bastando a simples referência a respectiva nota do Anexo e devendo ser justificada a não quantificação, quando for o caso.

Quando existem situações que dêem origem a ênfases, o parágrafo correspondente deve ser iniciado como segue:

Tabela 6- Opinião sem reserva mas com ênfase

Ênfases
8. “Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
1)
2)

Fonte: Costa, Baptista (2010)

A inexistência da demonstração dos resultados por funções ⁵ e \ ou da demonstração dos fluxos de caixa deve ser relatada como segue:

Tabela 7- Opinião sem reserva mas com ênfase

Ênfases
8. “Chamamos a atenção para o facto de não ter sido preparado a... (indicar a ou as demonstrações em falta), razão pela qual não a pudemos examinar e, conseqüentemente, não a incluímos na opinião expressa no parágrafo anterior”.

Fonte: Costa, Baptista (2010)

⁵ Ver nota 2, atrás

B) Opinião com reservas

Quando o revisor \ auditor não pode declarar que as demonstrações financeiras, no seu todo, apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da entidade, porque as mesmas estão afectadas por situações cujos efeitos são materiais, o revisor \ auditor expressa uma opinião com reservas, salvo se os efeitos de tais situações forem tão profundos e significativos que o levem a escusar-se a expressar uma opinião adversa.

Dentro da opinião com reserva existem:

Opinião com reserva por limitação

O revisor \ auditor expressa uma opinião com reserva por limitação quando existem limitações do âmbito da revisão \ auditoria cujos efeitos, no seu entender, tenham, ou possam vir a ter, importância significativas na informação proporcionada pelas demonstrações financeiras.

Opinião com reserva por desacordo

O revisor \ auditor expressa uma opinião com reserva por desacordo quando as demonstrações financeiras apresentam, na sua forma ou no seu conteúdo, distorções materiais. Expressa também uma opinião com reserva por desacordo quando existem incertezas fundamentais que não se encontrem adequadamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

O revisor \ auditor expressa uma opinião com reserva por desacordo quando a derrogação de princípios contabilísticos ou a alteração de políticas contabilísticas não mereçam o seu acordo ou não se encontrem adequadamente divulgadas e justificadas.

Por afectar a opinião do revisor \ auditor as reservas devem constar de parágrafo anterior ao da opinião, sendo descritas de forma clara e concisa, caso a caso, as situações que lhes dão origem, quantificado o seu efeito sobre as demonstrações financeiras e feita remissão para as notas pertinentes do Anexo, caso existam.

Quando haja lugar a reservas relacionadas com limitação do âmbito da revisão \ auditoria, o primeiro parágrafo sobre o âmbito deve ser iniciado como segue:

Tabela 8- Opinião com reserva

ÂMBITO
4. “ Excepto quando às limitações descritas no parágrafos n. ^{os} (indicar o paragrafo pertinentes incluídos nas reservas) abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com ...”

Fonte: Costa, Baptista (2010)

Quando existem situações que dêem origem a reservas, o parágrafo da opinião deve ser modificado como segue:

- i. Nos casos de reservas por limitação do âmbito

Tabela 9- Opinião com reserva por limitação de âmbito

OPINIÃO
8.“ Em nossa opinião, excepto quando aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar – se necessário quando não existissem as limitações descritas nos parágrafos n. ^{os} (indicar os parágrafos pertinentes incluídos nas reservas) acima, as demonstrações financeira referida apresentam...”

Fonte: Costa, Baptista (2010)

- ii. No caso de reserva por desacordo

Tabela 10- Opinião com reserva por desacordo

OPINIÃO

8.“ Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos n.^{os} (indicar os parágrafos pertinentes incluídos nas reservas) acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam...”

Fonte: Costa, Baptista (2010)

C) Escusa de opinião

Quando os eventuais efeitos da limitação de âmbito sejam tão profundo e significativos que o revisor/ auditor não tem possibilidade de obter provas de auditoria que sejam apropriadas e suficiente e consequentemente, não está em condição de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras no seu todo, o revisor / auditor emite um CLC/relatório com escusa de opinião.

Tabela 11- Escusa de opinião

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. No âmbito do contrato celebrado, compete – nos examinar as demonstrações financeira da Empresa ABC, SA, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 20X0, (que evidencia um total de xxx escudos e um total de capital próprio de yyy escudos, incluindo um resultado liquido de zzz escudos), as demonstrações dos resultados por natureza e por funções e as demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do concelho da administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

ÂMBITO

3. O exame a que nos comprometemos deve ser efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão \ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, tal exame deve incluir:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo concelho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as politicas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstancias;
- a verificação da aplicabilidade do principio da continuidade, e
- a apresentação sobre se é adequado, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

4. Devido às limitações descritas nos parágrafos 5 a 8 abaixo surgida no decurso do nosso exame, entendemos que não dispomos de uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Tabela 12- Escusa de opinião

RESERVAS

5. Não assistimos a contagem física dos inventários em 31 de Dezembro de 20X02, uma vez que só fomos contratados depois dessa data.

Devido a natureza dos registos da Empresa, não pudemos concluir satisfatório, através de procedimentos alternativos, quanto as quantidades e inventario naquela data nem quanto aos saldos das contas de inventários e custo das matérias consumidas e a variação da produção.

6. O Concelho da Administração não nos permitiu efectuar a confirmação externa de certos clientes e fornecedores cujos saldos representam, respectivamente, 80% e 73% dos saldos totais das contas em causa.
7. Apesar das várias diligencias efectuadas, não conseguimos obter resposta do Banco com o qual a Empresa tem maior movimento o que nos impossibilita confirmar a totalidade das responsabilidades efectivamente existentes e dos eventuais juros suportados.
8. A empresa possui investimento financeiros e corpóreos, que representa cerca de 15% do total do activo, em países de elevado risco cujas autoridades cambiais impõem fortes restrições a transferência de capitais. A Empresa não nos forneceu, nem tivemos oportunidade de obter, qualquer informação fidedigna sobre a recuperabilidade de tais investimentos.

ESCUSA E OPINIÃO

9. Dada a relevância e significado dos efeitos das situações escritas nos parágrafos 5 a 8 acima, não estamos em condições de expressar, e não expressamos, uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

... (Data)

... (assinatura)

... (Nome)

Fonte: Costa, Baptista (2010)

D) Opinião adversa

Quando os efeitos do desacordo são tão profundos e significantes e afectam de tal modo as demonstrações financeiras que estas induzem em erro os destinatários, o revisor \ auditor expressa uma opinião adversa.

No caso de uma opinião adversa, o parágrafo da opinião é modificado como segue:

Tabela 13- Opinião adversa

<p>OPINIÃO</p> <p>8.“ Em nossa opinião, é dada a relevância e significado dos efeitos das situações descritas nos parágrafos n.^{os} (indicar os parágrafos pertinentes incluídos nas reservas) acima, as demonstrações financeiras referidas não apresentam...”</p>
--

Fonte: Costa, Baptista (2010)

2.4.3 Declaração de impossibilidade de certificação legal das contas

A certificação legal das contas \ relatório de auditoria será substituída por uma declaração de impossibilidade de certificação legal das contas \ relatório de auditoria quando o revisor \ auditor não esta em condições de emitir aquele documento por se lhe terem deparado situações de inexistência ou significativa insuficiência ou ocultação de matéria de apreciação.

Tabela 14- Declaração de impossibilidade de certificado legal de conta

Modelo de declaração de impossibilidade de certificação legal das contas

Declaração
<p>Não pudemos examinar as demonstrações financeiras da Empresa ABC, SA, do exercício findo em 31 de Dezembro de 20Xo em conformidade com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão \ Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, por (indica as razões, por exemplo, não ter sido facultado o acesso aos documentos de suporte; não terem sido preparadas as referidas demonstrações; etc.)</p> <p>Nestas condições, não podemos emitir a Certificação Legal das Contas.</p> <p>... (Data)</p> <p>... (Assinatura)</p> <p>... (Nome)</p>

Fonte: Costa, Baptista (2010)

Capítulo III- Metodologia

O objectivo da investigação consiste em verificar qual é o impacto do relatório de auditoria na credibilização da informação financeira e na tomada de decisão adequada pelos utentes da mesma. Vários foram os autores que destacaram a importância da auditoria na credibilização das demonstrações financeiras.

É nessa fase que irão ser apresentados os métodos a utilizar para responder a questão de investigação.

3.1 Procedimento adoptado

Para fazermos a caracterização da amostra, e colheita de dados, bem como, para conhecermos qual foi o impacto de relatório de auditoria na credibilização das informações financeiras e na tomada de decisões pelos utentes da mesma, preferimos o uso do questionário com perguntas fechadas e algumas perguntas abertas.

Para a obtenção de dados optou se pelo questionário que é uma das ferramentas disponíveis nas pesquisas e é composto por um número considerável de questões exposta por escrito.

O inquérito foi destinado aos Auditores e firmas de Auditoria, visto serem estes os mais capacitados a responderem a este tipo de questões.

Para aumentar a eficiência e possibilidade de maior nº de resposta o aluno optou por entregar pessoalmente os questionários aos inqueridos.

3.2 População e amostra

Para a realização do presente trabalho, tivemos por base o universo de 23 auditores inscrito na ordem dos Auditores Certificados, exercendo a profissão de forma individual e outros numa sociedade de auditores certificados. Dentro do universo foram entregue 15

questionário, uma vez que alguns desses auditores não estão a exercer a sua função e também falta de colaboração por parte dos inqueridos em responderem ao questionário.

A amostra em estudo é constituída por 10 questionários respondidos. Ou seja em termos percentual podemos destacar que do total dos questionários entregues 67% responderam ao questionário. Tivemos muitas dificuldades em obter resposta. A partir das respostas que obtivemos vamos fazer análise e interpretação dos resultados e a partir delas tirar conclusão para poder alcançar o objectivo do estudo.

Neste caso utilizou-se uma amostragem não probabilística accidental. Os dados foram tratados no programa SPSS versão 1.15.

O referido questionário é formado por 4 partes. O primeiro grupo é constituído por 6 questões e aborda questões sobre dados da empresa ou do auditor. No segundo grupo é constituído por 4 questões relacionadas com prestação de serviço. O terceiro grupo integra 4 questões relacionado com relatório de auditoria e o último grupo é formado por 3 questões relacionadas com credibilização financeira e tomada de decisão. Para melhor percepção da estrutura do questionário o mesmo é apresentado em apêndice.

Importa referir que a amostra é de 10, uma vez que só estes é que responderam ao questionário.

Capítulo IV- Apresentação e interpretação dos resultados

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer os resultados obtidos após análise e tratamento de toda a informação recolhida e cujo instrumento utilizado foi o questionário.

Na primeira fase de trabalho pretendemos saber dados relacionados com a empresa de auditoria ou do auditor. Estes dados são os pontos de partida para o desenrolar do trabalho bem como para os restantes desdobramentos e análises.

4.1 Dados da empresa ou do auditor

4.1.1 Forma de exercer a profissão

Fazem parte da amostra 10 inqueridos. Existem duas formas de exercer a profissão de auditoria: individualmente (ROC) e numa sociedade de revisores oficiais de contas (SROC).

Gráfico 1- Forma de exercer a profissão



Fonte: elaboração própria

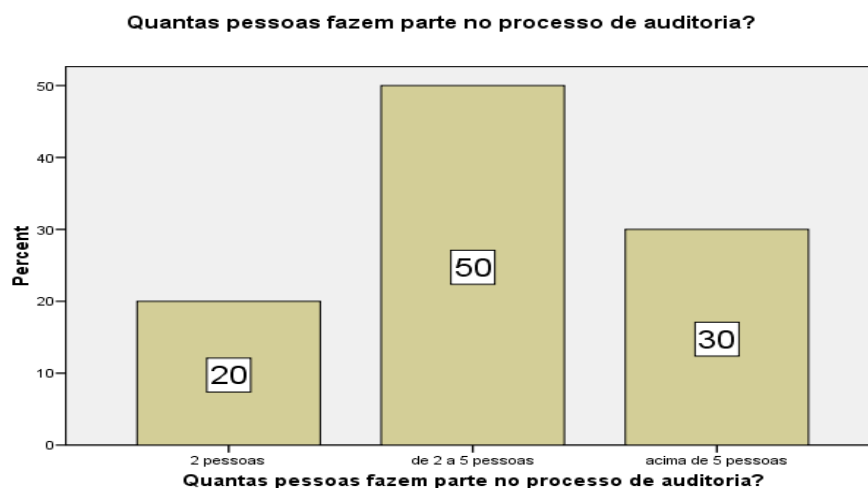
Relativamente aos resultados obtidos, verifica-se que 9 dos inqueridos exercem a sua profissão numa sociedade de revisores oficiais de conta e apenas 1 exerce

individualmente. A nível percentual pode verificar-se que 90% é exercida numa sociedade de revisores oficiais de contas e os restantes 10% é exercida de forma individual.

4.1.2 Numero de pessoas que fazem parte no processo de auditoria

Outro aspecto tido em consideração foi número de pessoas que fazem parte do processo de auditoria.

Gráfico 2- Numero de pessoas que fazem parte no processo de auditoria



Fonte: elaboração própria

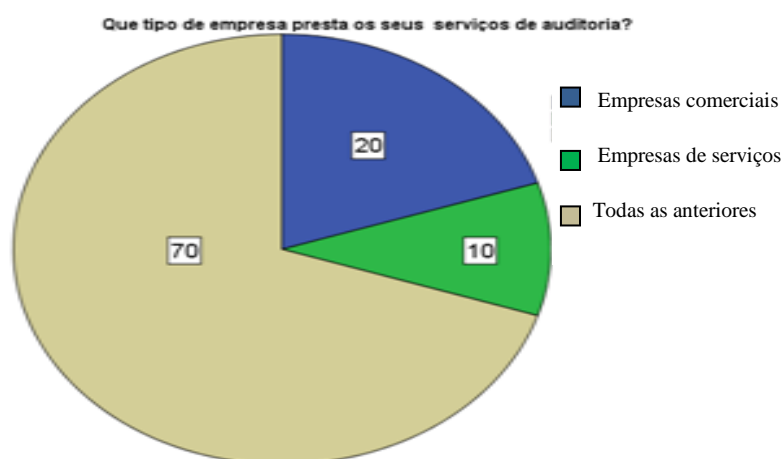
Das respostas que obtivemos num intervalo de 2 a 5 pessoas tem maior peso na amostra.

Em termos percentuais, as que utilizam 2 pessoas no processo de auditoria corresponde a 20% (2 em termos absoluto) de 2 a 5 pessoas corresponde a 50% (5 em termos absoluto) e as que utilizam acima de 5 pessoas no processo de auditoria corresponde a 30% (3 em termos absoluto).

4.1.3 Tipo de empresa que prestam os seus serviços de auditoria

Neste ponto destacamos alguns tipos de empresas que prestam seus serviços de auditoria. Decidimos fazer um desdobramento para seguintes empresas (comerciais, serviços, industriais,) e alguns casos de empresas, elas responderam todas as empresas apresentadas, incluímos um ponto onde se caracteriza como todas as anteriores.

Gráfico 3- Tipo de empresa que prestam seus serviços



Fonte: elaboração própria

De acordo com o gráfico apresentado de todos os inqueridos a maioria prestam os seus serviços as empresas comerciais, de serviços e industriais ou seja todas as opções anteriores, que corresponde a 70% (7 em termos absoluto) 20% para empresa comercial (em termo absoluto2) e10% para empresa de serviços (1 em termo absoluto).

4.1.4 Tempo médio para conclusão de um processo de auditoria

Tabela 15- Tempo médio para conclusão de um processo de auditoria

Qual o tempo médio para conclusão dum processo de auditoria

	frequência	Porcentagem
15 dias	3	30,0
1 mês	4	40,0
acima de um mês	2	20,0
Total	9	90,0
Sem respostas	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: elaboração própria

De acordo com os resultados obtidos, 3 responderam 15 dias que necessitam para conclusão dum processo de auditoria, 4 responderam 1 mês e apenas 2 responderam acima de um mês e uma não respondeu a essa questão.

Em termos percentuais podem verificar que 30% correspondem a 15 dias, 40% corresponde a 1 mês e os 20% acima de 1 mês para conclusão dum processo de auditoria. Os restantes 10% não responderam.

4.1.5 Frequência de rotação das equipas por clientes

Tabela 16- Frequência da rotação das equipas por cliente

Qual é a frequência da rotação das equipas por clientes

	Frequência	percentagem
Anual	3	30,0
bi-anual	4	40,0
Total	7	70,0
Sem respostas	3	30,0
Total	10	100,0

Fonte: elaboração própria

Do resultado encontrado do total das respostas que obtivemos, 3 responderam que anualmente fazem rotação das equipas por cliente, 4 bianualmente e 3 não responderam essa pergunta.

Em termos percentual podemos observar que 40% corresponde a bianual, 30% anualmente e 30% não responderam a essa questão.

4.1.6- A empresa possui um organograma

Tabela 17- Existência de organograma na empresa

A empresa possui um organograma?		
	Frequência	Porcentagem
SIM	7	70,0
Não	3	30,0
Total	10	100,0

Fonte: elaboração própria

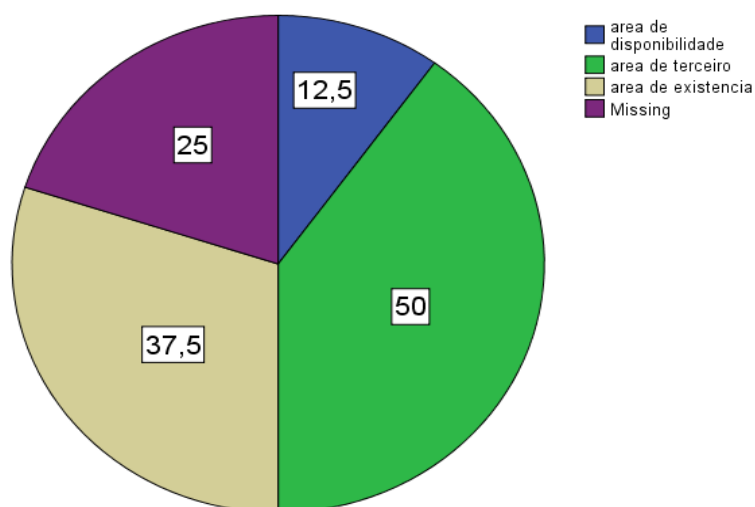
Podemos destacar que a maioria das respostas que obtivemos possui um organograma. Em termos percentuais podemos observar que 70% dos inqueridos possui um organograma e os restantes 30% não possuem. Em termos absoluto significa que dos 10 inquéritos, 7 possuem um organograma e 3 não possuem.

4.2 -Dados relacionados com prestação de serviço

4.2.1 - A área que geralmente consome maior tempo

Gráfico 4- Área que consome maior recurso

Das areas a seguir indicadas, indique a que geralmente consome maior tempo?



Fonte: elaboração própria

De acordo com o resultado encontrado podemos observar que das áreas que consomem maior tempo é a área de terceiro que tem uma percentagem de 50, a seguir vem a área de existência que tem uma percentagem de 37.5 e depois a área de disponibilidade com 12, e por fim temos uma percentagem de 20, que são dos inquiridos que não responderam.

4.2.2 – Elaboração de um plano de auditoria

Dos dados analisado a maioria confirmam que elaboram sempre um plano de auditoria. Em termos absoluto podemos destacar que das 10 respostas, 9 responderam que elaboram sempre um plano de auditoria e apenas 1 não respondeu a essa questão.

Tabela 18- Existência de plano de auditoria

em presa elabora sempre um plano de auditoria

	Frequênci a	Percenta gem
sim	9	90,0
Sem respostas	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: elaboração própria

4.2.3 - Qual é a necessidade de um empresa contratar serviço de auditoria

Tabela 19- Necessidade de uma empresa contratar serviço de auditoria

Qual é a necessidade de uma empresa contratar um serviço de auditoria?

	Frequênci a	Percenta gem
Dar credibilidade as informações financeiras	8	80,0
Ter informação acerca da posição financeira da empresa	2	20,0
Total	10	100,0

Fonte: elaboração própria

Ao analisarmos esta questão podemos ver que a maioria respondeu que contratam os seus serviços, para dar credibilidade as informações financeiras, que em termos absoluto

corresponde a 8 (em termos percentuais, 80) e os restantes 2 (em termos percentuais, 10) contratam os seus serviços de auditoria para ter informação acerca da posição financeira.

4.2.4 - Existência de colaboração por parte do conselho de administração

Verificamos que existe colaboração por parte do conselho de administração em fornecer informação para o sucesso do trabalho do auditor.

Tabela 20- Existência de colaboração do conselho de administração em fornecer informação

Existe colaboração por parte do conselho de administração em fornecer informação para o sucesso do trabalho do auditor?

	Frequência	Porcentagem
Sim	9	90,0
Sem respostas	1	10,0
Total	10	100,0

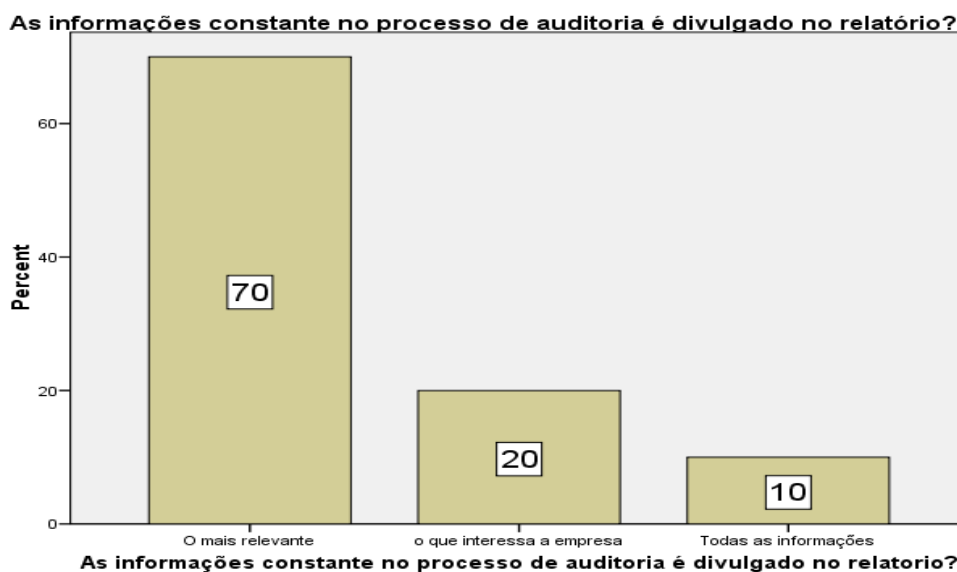
Fonte: elaboração própria

Dos 10 questionários, 90% responderam que existe colaboração e apenas 10% não respondeu a essa questão.

4.3. Dados relacionados com relatório de auditoria

4.3.1-As informações constantes no processo de auditoria são divulgadas no relatório.

Gráfico 5- Informação constante no processo de auditoria



Fonte: elaboração própria

Analisando o resultado encontrado podemos observar que 70% responderam que a informação são mais relevante, é divulgada no processo de auditoria, 20% responderam, o que interessa a empresa e os restantes 10% disseram todas as informações devem ser divulgadas no processo de auditoria.

Em termos absoluto pode dizer que 7 responderam o mais relevante é que divulgada no relatório de auditoria, 2 responderam, o que interessa a empresa, e 1 respondeu, todas as informações.

4.3.2 A existência e observância dum sistema de controlo interno ajudam na credibilização do relatório

Tabela 21-Existência e observância de controlo interno ajuda na credibilização do relatório

existência e observância dum sistema de controlo interno ajudam na credibilização do relatório?

	frequência	Percentagem
nunca	3	30,0
muitas vezes	1	10,0
sempre	5	50,0
Total	9	90,0
Sem respostas	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: elaboração própria

Das 50% das respostas, podemos verificar que a existência e observância dum sistema de controlo interno ajudam sempre na credibilização dum relatório. Ou seja, dos questionários respondidos, 6 responderam sempre e 3 responderam nunca e apenas um, não respondeu a essa questão.

4.3.3 O relatório relata sobre a real situação económica e financeira da empresa

Gráfico 6- Relatório de auditoria como forma de relatar a situação económica e financeira da empresa

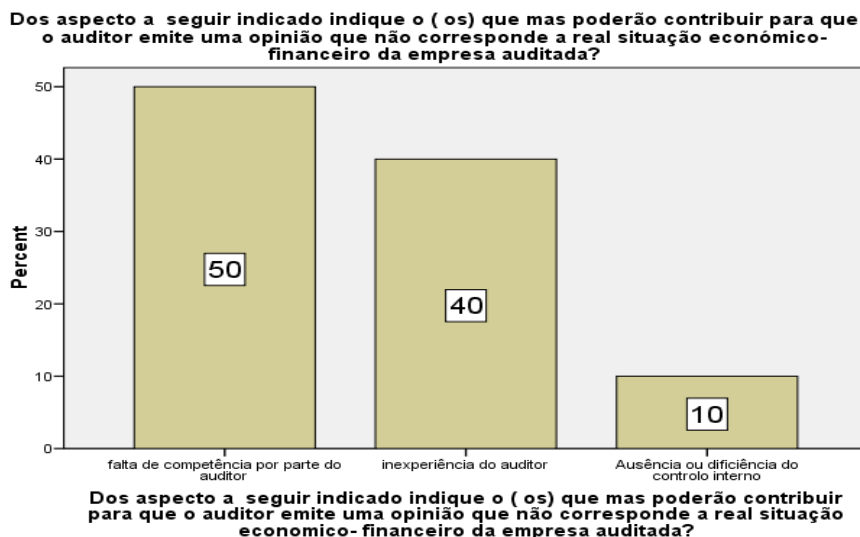


Fonte: elaboração própria

Dos 10 questionários, podemos destacar que 40% respondeu que o relatório de auditoria relata muito pouco a situação económica e financeira da empresa (4 em termos absoluto) 10% pouco (1 em termos absoluto), 20% razoável (2 em termos absoluto) e os restantes 30% respondeu que o relatório relata muito sobre a situação económica e financeira da empresa (3 em termos absoluto).

4.3.4 O que pode contribuir para que o auditor emite uma opinião que não corresponde a real situação económica e financeira da empresa auditada.

Gráfico 7- O que pode contribuir para que o auditor emite uma opinião que não corresponde a real situação económica financeira da empresa



Fonte: elaboração própria

Podemos observar que, 50% responderam que, o que poderá contribuir para que o auditor emite uma opinião/parecer que não corresponde a real situação económica e financeira da empresa auditada é a falta de competência por parte do auditor, 5 em termos absoluto, 40% disseram a inexperiência do auditor, que em termos absoluto corresponde a 4, e os restantes 10% responderam ausência ou deficiência do controlo interno pode contribuir para que o auditor emita uma opinião que não corresponde a real situação económico-financeiro da empresa auditada.

4.4 Credibilização de informação e tomada de decisão

4.4.1 O relatório da uma certa credibilidade a informação financeira

Tabela 22- Relatório como forma de credibilizar a informação financeira

Relatório de auditoria relata sobre a real situação económica e financeira empresa?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
muito pouco	4	40,0	40,0	40,0
pouco	1	10,0	10,0	50,0
Razoável	2	20,0	20,0	70,0
muito	3	30,0	30,0	100,0
Total	10	100,0	100,0	

Fonte: elaboração própria

Das respostas que obtivemos 70% responderam que, o relatório dá uma certa credibilidade a informação financeira (em termos absoluto, 7) e 20% responderam razoável (2, em termos absoluto) e os restantes 10% disseram que o relatório dá pouca credibilidade a informação financeira.

4.4.2 Qual é o impacto dum relatório mal elaborado

Tabela 23- Impacto de um relatório mal elaborado

Qual é o impacto de um relatório mal elaborado?

	frequência	percentagem em
má tomada de decisão por parte dos destinatários	7	70,0
não transmite confiança aos utentes	2	20,0
informação errada aos utentes	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: elaboração própria

O que podemos destacar é que dos questionários respondidos, 70% responderam que um relatório mal elaborado pode trazer como impacto, má tomada de decisão por parte dos destinatários, 20% responderam que não transmite confiança aos utentes e os restantes 10% dizem que ao elaborar um relatório errado pode ter como impacto informação errada aos utentes.

4.4.3 Em que medida os auditores podem contribuir para o aumento da fiabilidade e credibilidade do relatório de auditoria

Tabela 24- O contributo do auditor na fiabilidade e credibilidade do relatório financeiro

Em que medida os auditores podem contribuir para o aumento da fiabilidade e credibilidade do relatório financeiro?

	frequência	Porcentagem
independência	5	50,0
competência	4	40,0
Total	9	90,0
Sem respostas	1	10,0
Total	10	100,0

Fontes: elaboração própria

Do total das respostas, em proporção de 50% responderam que o auditor pode contribuir para o aumento de fiabilidade e credibilidade do relatório de auditoria exercendo a sua profissão de forma independente que corresponde a 5 dos inquiridos e os restantes 40%, responderam que o auditor deve ser profissional em seu trabalho para garantir a fiabilidade e credibilidade do relatório de auditoria e 10% não responderam a questão.

Capítulo V- Conclusão e considerações finais

Conclusão

Perante o que foi apresentado, importa transmitir os resultados alcançados após o trabalho de pesquisa e investigação, onde se procurou analisar o impacto do relatório de auditoria na credibilização das informações financeiras e na tomada de decisão adequada pelos utentes da mesma.

Da análise realizada sobre a necessidade de uma empresa contratar serviço de auditoria podemos concluir que do universo inquerido, 80% responderam que é necessário dar credibilidade as informações financeiras e 20% responderam que é necessário ter informação acerca da posição financeira da empresa. Podemos concluir que um relatório contribui muito para credibilização das informações financeiras e serve como auxílio para os utentes na tomada de decisão. Ou seja um relatório funcionara como um instrumento de credibilidade da informação financeira auditada. Mas, esta função de credibilidade só é alcançada se a elaboração do relatório se basear numa postura independente e integro que o auditor deve manter sempre na sua actividade profissional. Quanto a este aspecto (independência) também as análises permitem concluir que 50% dos inqueridos responderam que um auditor pode contribuir muito no aumento da fiabilidade e credibilidade do relatório de auditoria quando o auditor exerce a sua profissão de forma independente e os restantes 40% responderam que devem ser competentes em seu trabalho.

Conclui-se também que a maioria dos inqueridos afirma que o relatório de auditoria relata muito pouco em 40% a situação económica e financeira da empresa auditada.

No que toca a impacto de relatório de auditoria elaborado de forma não adequada, concluímos que, 70% dos inqueridos responderam que um relatório mal elaborado pode induzir os utentes a tomarem decisões erradas, 20% responderam que não transmite confiança para os utentes da informação e os restantes 10% afirmam que fornecesse uma

informação errada aos utentes. Podemos concluir que um relatório mal elaborado contribui muito para a tomada de decisões erradas por parte dos utentes dessa informação.

Em relação as hipóteses que elegemos para o nosso trabalho, a primeira confirma-se, isto é o relatório de auditoria como forma de credibilizar as informações financeiras, de acordo com os dados da amostra 80% dos inqueridos concordam com a afirmação.

De igual modo, no que toca a segunda hipótese a maioria dos inqueridos concordam que o relatório de auditoria contribui muito na tomada de decisões adequadas pelos utentes. Podemos concluir que um relatório bem elaborado contribui muito para os utentes tomem as decisões adequados.

Bibliografia

- ATTIE, Willian (1998) -Curso de Auditoria. 3ª Edição, editora Atlas, SA
- DA COSTA, Carlos Batista (2010) -Auditoria Financeira: Teoria e prática. 9ª Edição: editora Reis dos livros
- De Sá, António Lopes (2002) - Curso de Auditoria.10ª edição São Paulo: Editora SA
- FIGUEIREDO, Carla 2012- O contributo de boas praticas contabilísticas para um auditoria financeira eficaz 101Pag dissertação de mestrado em auditoria apresentado ao Instituto Superior de contabilidade e administração de Lisboa em 17/02/2014 disponível em http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1157/1/DM_CarlaFigueirredo_2012.pdf
- GOMES, Leonor 2010- Auditoria e a informação financeira relevante num contexto de crise financeira mundial 131pag dissertação de mestrado em auditoria apresentada a instituto superior de contabilidade e administração de Lisboa em17/02/2013 disponível em <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/94/1/Leonor%20Gomes%20%20auditoria%20e%20a%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20Relevante%20num%20contexto%20de%20Crise%20Financeira%20Mundial.pdf>
- HELIODORO, Paula e Carreira Francisco – o relatório de auditoria e as mudanças de auditor: revisão de literatura acedida em 29/11/2013 disponível em <http://www.aeca.es/xvencuentroaeca/cd/49a.pdf>.
- Marques, Madeira (1997) -Auditoria e gestão. 1ª Edição Lisboa: editorial Presente
- Teixeira, Maria De Fátima 2006 – o contributo de auditoria interna para uma gestão eficaz 142P, dissertação de mestrado em contabilidade e auditoria apresentado a universidade aberta, em 11/02/2014 disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/581/1/LC326.pdf>

NORMAS

- IFAC (2010). Normas Internacionais de Auditoria e de Controlo de Qualidade

Apêndice

Questionário

Este questionário tem como objectivo obter dados junto de auditores e firma de auditoria para conclusão do trabalho de fim do curso em contabilidade e administração ramo auditoria relacionado com o tema “O impacto do relatório de auditoria na credibilização financeira e na tomada de decisão pelos utentes da mesma”.

O presente trabalho tem o objectivo exclusivamente académico, e os dados serem tratados confidencialmente.

As suas respostas são importantes para este estudo.

A. Dados da empresa ou do auditor

A.1 Exerce a profissão de auditoria:

() individualmente (ROC)

() numa sociedade de revisores oficiais de contas(SROC)

A.2 Quantas pessoas fazem parte no processo de auditoria?

() 2 pessoas

() de 2 a 5 pessoas

() acima de 5 pessoas.

A.3 Que tipo de empresa presta os seus serviços de auditoria?

() empresas comerciais

() empresa serviço

() empresas industriais

() Todas as anteriores

() outras empresas (especificar quais)

A.4 Qual o tempo médio para conclusão de um processo de auditoria?

1) 15 Dias----- 2) 1 mês----- 3) acima de um mês-----

A.5 Qual é a frequência da rotação das equipas por clientes?

() Anual

() Bianual

A.6 A empresa possui um organograma?

() sim

() Não

B. Dados relacionados com a prestação de serviço?

B.1 Das áreas a seguir indicadas, indique a que geralmente consome maior tempo?

() Área de disponibilidade

() Área de terceiros(cliente, fornecedor, estados e outros entes públicos)

() Área de existência

() Área de custo \ rendimento

B.2 A empresa elabora sempre um plano de auditoria?

1 Sim -----

2 Não -----

B.3 Qual é a necessidade de uma empresa contratar um serviço de auditoria?

() dar credibilidade as informações financeira

() Ter informação acerca da posição financeira da empresa

- () atrair mas investidores
- () detectar anomalias existente
- () outros. Quais?

B.3 Existe colaboração por parte do conselho de administração em fornecer informação para o sucesso do trabalho de auditor?

Sim Não.....

C. Dados relacionados com o relatório de auditoria

C.1 As informações constantes no processo de auditoria são divulgadas no relatório?

- () os mais relevantes
- () o que interessa a empresa
- () todas as informações

C.2 A existência e observância dum sistema de controlo interno ajudam na credibilização do relatório?

- () nunca

() poucas vezes

() muitas vezes

() Sempre

C.3 O relatório de auditoria relata sobre a real situação económica e financeira da empresa?

() muito pouco

() pouco

() razoável

() muito

C.4 Dos aspectos a seguir indicados indique o (s) que mais poderão contribuir para que o auditor emita uma opinião que não corresponde à real situação económico-financeira da empresa auditada?

() na constituição da equipa de trabalho

() desconhecimento da área do negócio da empresa auditada

() falta de competência por parte do auditor

() Inexperiência do auditor

() Ausência ou deficiência do controlo interno

D. Credibilização de informação e tomada de decisão

D.1 O relatório da uma certa credibilidade a informação financeira?

() muito pouco

() pouco

() razoável

() muito

D.2 Qual é um impacto de um relatório mal elaborado?

() Má tomada de decisão por parte dos destinatários

() Não transmite confiança aos utentes

() Imagem pouco desejada quanto ao perfil do auditor

() Informação errada aos utentes.

D.3 Em que medidas os auditores pode contribuir para o aumento da fiabilidade e credibilidade do relatório financeiro?

Obrigado pela sua colaboração

ANEXO

Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais

Credencial

O Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, no âmbito do Curso de Contabilidade e Administração, vem através desta solicitar e agradecer a colaboração da vossa Instituição no sentido de facilitar à aluna **ZILTONRIANA SILVA SOARES**, o acesso a informações sobre a vossa instituição, nomeadamente no preenchimento de questionários.

Cientes da importância desta solicitação, que se justifica pela utilidade que a pesquisa assume nas actividades da nossa instituição, queiram Vexa. aceitar os nossos melhores cumprimentos.

Praia, 03 de Março de 2014

A Diretora do Pólo da Praia

Fátima Tinas

